

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA NO CAMPO DA LUTA
CONTRA O CRIME ORGANIZADO E OUTRAS MODALIDADES DELITUOSAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Polônia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Dispostos a fortalecer e aperfeiçoar a cooperação já existente entre os dois países;

Preocupados com a expansão da criminalidade, especialmente do crime organizado internacional, do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, de delitos conexos, bem como do terrorismo;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional no combate a essas práticas criminosas;

De conformidade com os instrumentos jurídicos internacionais sobre a matéria, em especial a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de novembro de 2000, juntamente com seus Protocolos;

Inspirados na Declaração Política da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em 10 de junho de 1998, por ocasião da Sessão Especial dedicada ao problema dos entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Sem prejuízo do disposto nas normas do direito internacional, da legislação interna das Partes Contratantes e em conformidade com os princípios de não-intervenção em assuntos internos, respeito à integridade territorial, igualdade, reciprocidade e mútuo benefício,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes obrigam-se a desenvolver atividades de cooperação no campo do combate ao crime organizado internacional e outras modalidades delituosas, especialmente:

- i) crimes contra a vida, a saúde e a integridade física da pessoa humana;
- ii) fabricação, tráfico e comercialização ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- iii) fabricação, comercialização e tráfico ilícito de armas, munições, explosivos e outros materiais perigosos;
- iv) apropriação, uso e/ou tráfico ilícitos de material nuclear e/ou radioativo;
- v) terrorismo e seu financiamento;
- vi) lavagem de dinheiro e de outros ativos;
- vii) tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças;
- viii) tráfico de migrantes;
- ix) tráfico de células, tecidos e órgãos;
- x) exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes;
- xi) privação ilegal da liberdade do indivíduo;
- xii) crimes cibernéticos;
- xiii) falsificação de meios de pagamentos e sua circulação;
- xiv) falsificação e comercialização de documentos, e
- xv) corrupção.

ARTIGO 2

1. Em cumprimento ao presente Acordo, os órgãos competentes das Partes Contratantes, no âmbito de suas competências legais, contatar-se-ão diretamente ou por intermédio de seus representantes autorizados.

2. Os órgãos competentes na República da Polônia são os seguintes:
 - a) Ministro competente para assuntos internos;
 - b) Ministro competente para instituições financeiras;
 - c) Ministro competente para finanças públicas;
 - d) Chefe da Agência de Segurança Nacional;
 - e) Comandante Geral da Polícia;
 - f) Comandante Geral da Guarda das Fronteiras, e
 - g) Inspetor Geral de Informação Financeira.
3. Os órgãos competentes na República Federativa do Brasil são os seguintes:
 - a) Ministério da Justiça;
 - b) Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;
 - c) Secretaria Nacional de Segurança Pública;
 - d) Departamento de Polícia Federal;
 - e) Agência Brasileira de Inteligência;
 - f) Secretaria da Receita Federal, e
 - g) Conselho de Controle de Atividades Financeiras.
4. Os órgãos competentes poderão intercambiar oficiais de ligação, estabelecer arranjos técnicos e determinar regras detalhadas, procedimentos e modos de cooperação.
5. As Partes Contratantes comunicarão por via diplomática alterações no caráter ou na denominação dos ~~órgãos~~ órgãos que executarão o presente Acordo.

ARTIGO 3

1. Com vistas a combater o crime organizado e outras modalidades delituosas mencionadas no Artigo 1, as Partes Contratantes promoverão a cooperação entre os respectivos órgãos competentes e o intercâmbio de informações relativos a:

- a) identificação de indivíduos suspeitos de cometer delitos;
- b) elementos essenciais dos crimes, em particular a data, local, *modus operandi* e objeto;
- c) organizações criminosas de todo tipo, suas lideranças, integrantes, estruturas, atividades e relações com outros grupos envolvidos em atividades ilícitas;
- d) técnicas e métodos de combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro e outros ativos;
- e) técnicas e métodos de comunicação utilizados pelas organizações criminosas;
- f) atividades de grupos terroristas, suas estruturas de organização, integrantes, meios de financiamento e métodos de atuação;
- g) métodos e técnicas para a prevenção e combate ao terrorismo;
- h) métodos utilizados na produção ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, rotas de tráfico internacional, formas de ocultação e distribuição destas substâncias;
- i) indivíduos e organizações envolvidas na produção e no tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- j) levantamentos estatísticos e resultados de estudos acerca da produção, tráfico e consumo de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- k) controle e fiscalização da fabricação e comercialização de precursores passíveis de utilização na elaboração ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- l) legislações e políticas das Partes Contratantes de combate ao uso indevido de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e
- m) prevenção e combate ao tráfico de migrantes, especialmente informações sobre os grupos que praticam tais crimes, seu *modus operandi*, modelos de documentos de viagem, carimbos apostos a esses documentos, tipos de vistos e seus símbolos.

2.
áreas:

As Partes Contratantes prestarão assistência recíproca nas seguintes

- a) localização e identificação de pessoas suspeitas, processadas e/ou condenadas penalmente, bem como intercâmbio de informações sobre bens móveis e imóveis desses indivíduos;

- b) busca de pessoas desaparecidas;
- c) busca de instrumentos e produtos de crimes, e
- d) fornecimento de informações incluídas em registros oficiais públicos.

ARTIGO 4

No âmbito da cooperação técnica e científica e da capacitação, as Partes Contratantes facilitarão:

- a) a realização de treinamento para os respectivos funcionários encarregados da prevenção e combate aos ilícitos;
- b) o intercâmbio de experiências e informações, especialmente relativas aos métodos de combate ao crime organizado, outras modalidades criminosas e novas tecnologias;
- c) o intercâmbio de informações e estudos sobre criminalística e criminologia, e
- d) a disponibilização dos equipamentos criminalísticos.

ARTIGO 5

1. Cada Parte Contratante obriga-se a proteger as informações de caráter sigiloso recebidas da outra Parte Contratante. O grau de sigilo das informações prestadas na aplicação do presente Acordo será definido pela Parte Contratante transmissora.
2. As informações, materiais e recursos técnicos recebidos por uma das Partes Contratantes no âmbito da implementação do presente Acordo não poderão ser transferidos a terceiros Estados ou pessoas sem o consentimento prévio da outra Parte Contratante.

ARTIGO 6

Com o objetivo de proteger os dados pessoais fornecidos ao amparo do presente Acordo, aplicar-se-ão as seguintes regras:

- a) a utilização dos dados pessoais só será permitida para os fins e nas condições estabelecidas pela Parte Contratante fornecedora;

- b) quando a Parte Contratante fornecedora o solicitar, a Parte Contratante recebedora lhe notificará o modo de utilização dos dados e o resultado do procedimento;
- c) os dados pessoais serão fornecidos unicamente aos órgãos competentes mencionados no Artigo 2 e as autoridades responsáveis pelo processamento da ação penal; a transferência desses dados a outras entidades só poderá ser realizada com autorização prévia da Parte Contratante fornecedora;
- d) a Parte Contratante fornecedora será responsável pela autenticidade dos dados fornecidos; se os dados fornecidos não forem autênticos ou seu fornecimento não for permitido, a outra Parte Contratante deve ser notificada imediatamente dessas circunstâncias; se tal for o caso essa Parte Contratante deve corrigir ou destruir os dados, e
- e) a Parte Contratante fornecedora comunicará à Parte Contratante recebedora o prazo de exclusão da informação recebida de sua base informática.

ARTIGO 7

Qualquer das Partes Contratantes poderá recusar-se a prestar, total ou parcialmente, as informações mencionadas no Artigo 3 do presente Acordo, ou sujeitar a transferência ao cumprimento de determinadas condições, se considerar que isto poderia afetar a soberania, a segurança ou outros interesses essenciais de seu Estado, ou contrariar seu ordenamento jurídico.

ARTIGO 8

Com vistas a avaliar a implementação do presente Acordo, as Partes Contratantes organizarão, quando necessário, reuniões dos representantes dos órgãos competentes. Tais reuniões serão organizadas pelos canais diplomáticos e terão os seguintes objetivos, entre outros:

- a) identificar estratégias a serem desenvolvidas no combate aos crimes mencionados no presente Acordo;
- b) avaliar as atividades conjuntas;
- c) facilitar a comunicação entre os órgãos competentes, e
- d) trocar informações e experiências.

ARTIGO 9

1. Para os assuntos relacionados com a execução do presente Acordo, as Partes Contratantes utilizarão suas línguas oficiais ou o idioma inglês.
2. As solicitações de cooperação ao amparo do presente Acordo deverão ser feitas por escrito, no idioma da Parte Contratante requerida ou no idioma inglês.
3. Em casos emergenciais, o pedido poderá ser formulado por qualquer meio de comunicação, devendo ser imediatamente confirmado por escrito.

ARTIGO 10

As despesas decorrentes da execução do presente Acordo serão custeadas pela Parte Contratante em cujo território se originarem, exceto se as Partes Contratantes decidirem diferentemente.

ARTIGO 11

1. Qualquer controvérsia que possa surgir na aplicação ou interpretação do presente Acordo será solucionada por meio de negociações diretas entre os órgãos competentes das Partes Contratantes, no âmbito de suas competências.
2. No caso de as Partes Contratantes não chegarem a acordo por meio das negociações diretas mencionadas no parágrafo 1, a controvérsia deverá ser solucionada por via diplomática.

ARTIGO 12

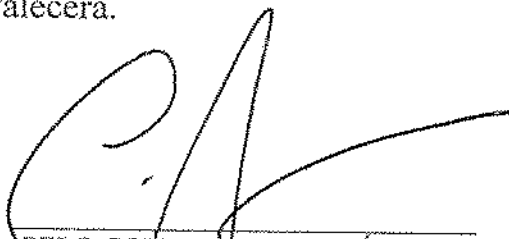
O presente Acordo não afeta os compromissos decorrentes de acordos de assistência jurídica em matéria penal, nem qualquer outra obrigação das Partes Contratantes resultante de acordos internacionais.

ARTIGO 13

1. As Partes Contratantes comunicarão por via diplomática o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a aprovação do presente Acordo. Sua entrada em vigor ocorrerá trinta dias após o recebimento da segunda comunicação relativa à aprovação interna do instrumento.
2. O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes Contratantes.
3. O presente Acordo terá vigência indeterminada.

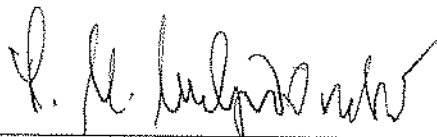
4. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante notificação. O instrumento expirará noventa dias após a data do recebimento da denúncia.

Feito em Brasília, em 9 de outubro de 2006, em dois exemplares originais, em português, polonês e inglês, sendo todos os textos igualmente válidos e autênticos. Em caso de divergência de interpretação o texto em inglês prevalecerá.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA POLÔNIA

PAWET KULKA KULPIOWSKI
Embaixador

UMOWA MIĘDZY RZĄDEM FEDERACYJNEJ REPUBLIKI BRAZYLII A RZĄDEM
RZECZYPOSPOLITEJ POLSKIEJ O WSPÓŁPRACY W ZAKRESIE ZWALCZANIA
PRZESTĘPCZOŚCI ZORGANIZOWANEJ I INNYCH
RODZAJÓW PRZESTĘPCZOŚCI

Rząd Federacyjnej Republiki Brazylii

i

Rząd Rzeczypospolitej Polskiej
(zwane dalej "Umawiającymi się Stronami"),

- pragnące umocnić i doskonalić istniejącą już współpracę między obydwojoma Państwami;

- zaniepokojone rozszerzaniem się przestępczości, a w szczególności międzynarodowej przestępczości zorganizowanej, nielegalnym handlem środkami odurzającymi i substancjami psychotropowymi i związanymi z tym przestępstwami, jak również terroryzmem;

- uznając wagę współpracy międzynarodowej w zwalczaniu takich działań przestępczych;

- zgodnie z międzynarodowymi instrumentami, a w szczególności Konwencją Narodów Zjednoczonych przeciwko przestępczości zorganizowanej, przyjętą przez Zgromadzenie Ogólne Narodów Zjednoczonych dnia 15 listopada 2000 roku, wraz z Protokółami;

- zainspirowanie deklaracją polityczną Zgromadzenia Ogólnego Narodów Zjednoczonych, przyjętą w dniu 10 czerwca 1998 roku w czasie sesji specjalnej poświęconej problemowi środków odurzających i substancji psychotropowych;

- z zastrzeżeniem poszanowania norm prawa międzynarodowego oraz prawa wewnętrznego Umawiających się Stron, kierując się zasadami nie ingerowania w sprawy wewnętrzne, poszanowania integralności terytorialnej, równości, wzajemności i obustronnych korzyści;

Uzgodniły, co następuje:

ARTYKUŁ 1

Umawiające się Strony zobowiązują się do rozwijania współpracy w zwalczaniu międzynarodowej przestępczości zorganizowanej i innych rodzajów przestępczości, a w szczególności:

- i) przeciwko życiu, zdrowiu i nietykalności cielesnej;
- ii) nielegalnej produkcji, przemytu i nielegalnego odurzającymi i substancjami psychotropowymi;
- iii) nielegalnej produkcji, obrotu i przemytu broni, amunicji i materiałów wybuchowych oraz innych niebezpiecznych materiałów;
- iv) zaboru lub przemytu materiałów jądrowych lub promieniotwórczych oraz ich nielegalnego użycia;
- v) terroryzmu i jego finansowania;
- vi) prania pieniędzy i innych aktywów;
- vii) handlu ludźmi, w szczególności kobietami i dziećmi;
- viii) przemytu migrantów;
- ix) przemytu komórek, tkanek i narządów ludzkich;
- x) seksualnego wykorzystywania małoletnich;
- xi) nielegalnego pozbawiania wolności człowieka;
- xii) popełnionych w cyberprzestrzeni;
- xiii) fałszowania środków płatniczych i wprowadzenia ich do obiegu;
- xiv) fałszowania i wprowadzania do obiegu dokumentów,
- xv) korupcji.

ARTYKUŁ 2

1. W celu wykonania niniejszej Umowy właściwe organy Umawiających się Stron, w zakresie swoich ustawowych kompetencji, będą kontaktować się bezpośrednio lub przez swoich upoważnionych przedstawicieli.

2. Właściwymi organami w Rzeczypospolitej Polskiej są:
- a) Minister właściwy do spraw wewnętrznych;
 - b) Minister właściwy do spraw instytucji finansowych;
 - c) Minister właściwy do spraw finansów publicznych;
 - d) Szef Agencji Bezpieczeństwa Wewnętrznego;
 - e) Komendant Główny Policji;
 - f) Komendant Główny Straży Granicznej;
 - g) Generalny Inspektor Informacji Finansowej.
3. Właściwymi organami w Federacyjnej Republice Brazylii są:
- a) Ministerstwo Sprawiedliwości;
 - b) Departament Odzyskiwania Aktywów i Międzynarodowej Współpracy Prawnej;
 - c) Krajowy Sekretariat do Spraw Bezpieczeństwa Publicznego;
 - d) Departament Policji Federalnej;
 - e) Brazylijska Agencja Wywiadowcza;
 - f) Sekretariat Federalny do Spraw Skarbowych;
 - g) Rada do Spraw Kontroli Działalności Finansowej.
4. Właściwe organy, mogą wymieniać oficerów łącznikowych, zawierać porozumienia wykonawcze i określać w nich szczegółowe zasady, procedury i sposoby współpracy.
5. Umawiające się Strony powiadomią się wzajemnie, drogą dyplomatyczną, o zmianach właściwości lub nazwy organów wykonujących niniejszą Umowę.

ARTYKUŁ 3

1. W celu zwalczania przestępczości zorganizowanej i innych rodzajów przestępczości, o których mowa w artykule 1, Umawiające się Strony będą realizować współpracę między właściwymi organami i wymieniać informacje dotyczące:

- a) identyfikacji osób podejrzanych o popełnienie przestępstw;
- b) istotnych okoliczności sprawy, a w szczególności czasu, miejsca, sposobu popełnienia przestępstwa i jego przedmiotu;
- c) organizacji przestępczych wszelkiego rodzaju, ich przywódców i członków, struktur działania i związków z innymi ugrupowaniami zajmującymi się działalnością nielegalną;
- d) technik i metod zwalczania przestępczości zorganizowanej, prania pieniędzy i innych aktywów;
- e) technik i metod komunikowania się stosowanych przez organizacje przestępcze;
- f) działalności grup terrorystycznych, ich struktur organizacyjnych, członków, środków finansowania i metod działania;
- g) metod i technik zapobiegania i zwalczania terroryzmu;
- h) metod stosowanych przy nielegalnej produkcji środków odurzających i substancji psychotropowych, międzynarodowych szlaków przemytu, sposobów ukrywania i dystrybucji tych środków i substancji;
- i) osób i organizacji uczestniczących w produkcji i przemyśle środków odurzających i substancji psychotropowych;
- j) danych statystycznych i wyników badań związanych z produkcją, przemytem i używaniem środków odurzających i substancji psychotropowych;
- k) nadzoru nad produkcją i obrotem prekursorami, które mogą być wykorzystane do nielegalnej produkcji środków odurzających i psychotropowych;
- l) przepisów prawa wewnętrznego państw Umawiających się Stron i polityki każdej z Umawiających się Stron w zakresie zwalczania nielegalnego używania środków odurzających i substancji psychotropowych,
- m) zapobiegania i zwalczania przemytu emigrantów, a w szczególności informacje dotyczące grup popełniających tego rodzaju przestępstwa, metod ich działania, wzorów dokumentów uprawniających do przekraczania granicy państwowej, pieczęci odciskanych na tych dokumentach oraz rodzajów wiz i ich symboli.

2. Umawiające się Strony będą udzielały sobie wzajemnej pomocy w zakresie:

- a) ustalania miejsca pobytu i identyfikacji osób podejrzanych, oskarżonych lub skazanych za popełnienie przestępstw, a także wymiany informacji na temat mienia nieruchomego i ruchomego posiadanego przez te osoby;
- b) poszukiwania osób zaginionych;
- c) poszukiwania przedmiotów pochodzących z przestępstwa lub służących do jego popełnienia,
- d) udostępniania informacji zawartych w rejestrach publicznych.

ARTYKUŁ 4

W przedmiocie współpracy naukowo - technicznej i szkoleniowej Umawiające się Strony będą umożliwiać:

- a) prowadzenie szkoleń przeznaczonych dla funkcjonariuszy odpowiedzialnych za zapobieganie i zwalczanie przestępstw;
- b) wymianę doświadczeń i informacji, zwłaszcza dotyczących metod zwalczania przestępczości zorganizowanej, jak też innych form przestępczego działania oraz stosowanych technologii;
- c) wymianę wyników prac badawczych z dziedziny kryminalistyki i kryminologii,
- d) udostępnianie sprzętu służącego do zwalczania przestępczości.

ARTYKUŁ 5

1. Każda z Umawiających się Stron zobowiązuje się do ochrony informacji niejawnych otrzymywanych od drugiej Umawiającej się Strony. Stopień ochrony takich informacji przekazanych w ramach niniejszej Umowy zostanie określony przez Umawiającą Stronę przekazującą.

2. Informacje, materiały i środki techniczne otrzymane przez jedną z Umawiających się Stron w wykonaniu niniejszej Umowy nie będą mogły być przekazywane Państwowym lub osobom trzecim bez wcześniejszej zgody drugiej Strony.

ARTYKUŁ 6

W celu ochrony danych osobowych przekazywanych na podstawie niniejszej Umowy stosuje się następujące zasady postępowania:

- a) dopuszcza się wykorzystywanie danych wyłącznie w celu oraz na warunkach określonych przez Stronę przekazującą;
- b) na wniosek Strony przekazującej dane, Strona przyjmująca informuje ją o sposobie ich wykorzystania oraz o wyniku sprawy;
- c) dane osobowe przekazuje się wyłącznie właściwym organom wymienionym w artykule 2 oraz organom postępowania karnego; przekazywanie tych danych innym podmiotom może nastąpić tylko za zgodą Strony przekazującej;
- d) Strona przekazująca jest odpowiedzialna za prawdziwość przekazanych danych; jeżeli przekazane zostaną dane nieprawdziwe lub dane, których przekazanie było niedozwolone, należy niezwłocznie zawiadomić o tym drugą Umawiającą się Stronę; w takim wypadku Strona ta ma obowiązek je sprostować lub zniszczyć;
- e) Strona przekazująca informacje określa Stronie przyjmującej termin wyłączenia ze zbiorów informatycznych przekazanych informacji.

ARTYKUŁ 7

Każda z Umawiających się Stron może odmówić częściowo lub całkowicie przekazania informacji, o których mowa w artykule 3, bądź uzależnić je od spełnienia określonych warunków, jeżeli uzna, że naruszyłoby to suwerenność, bezpieczeństwo lub inne istotne interesy jej państwa lub sprzeciwiałoby się jego porządkowi prawnemu.

ARTYKUŁ 8

W celu oceny realizacji niniejszej Umowy Umawiające się Strony będą organizować, w razie potrzeby, spotkania przedstawicieli właściwych organów. Spotkania te będą organizowane z wykorzystaniem drogi dyplomatycznej i będą miały w szczególności następujące cele:

- a) wytyczanie strategii, która będzie rozwijana w zwalczaniu przestępstw wymienionych w niniejszej Umowie;
- b) ocenę wspólnych działań;

- c) ułatwianie komunikacji pomiędzy właściwymi organami,
- d) wymianę informacji i doświadczeń.

ARTYKUŁ 9

1. Umawiające się Strony w sprawach związanych z wykonywaniem niniejszej Umowy posługują się własnymi językami urzędowymi lub językiem angielskim.
2. Wnioski dotyczące współpracy w celu wykonania niniejszej Umowy będą składane w formie pisemnej w języku tej Umawiającej się Strony, do której kierowany jest wniosek lub w języku angielskim.
3. W przypadkach niecierpiących zwłoki wniosek może być złożony w jakiegokolwiek formie i powinien zostać niezwłocznie potwierdzony na piśmie.

ARTYKUŁ 10

Koszty związane z realizacją postanowień niniejszej Umowy ponosi ta Umawiająca się Strona, na terytorium, której koszty te powstały chyba, że Umawiające się Strony postanowią inaczej.

ARTYKUŁ 11

1. Spory dotyczące interpretacji lub stosowania niniejszej Umowy będą rozstrzygane w drodze bezpośrednich rokowań między właściwymi organami Umawiających się Stron w zakresie ich właściwości.
2. W wypadku nieosiągnięcia porozumienia w drodze bezpośrednich rokowań, o których mowa w ustępie 1, spór będzie rozstrzygany drogą dyplomatyczną.

ARTYKUŁ 12

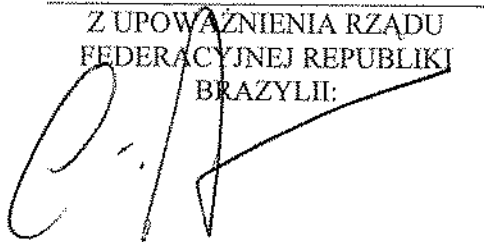
Niniejsza Umowa nie narusza zobowiązań wynikających z umów o pomocy prawnej w sprawach karnych ani innych zobowiązań Umawiających się Stron wynikających z umów międzynarodowych.

ARTYKUŁ 13

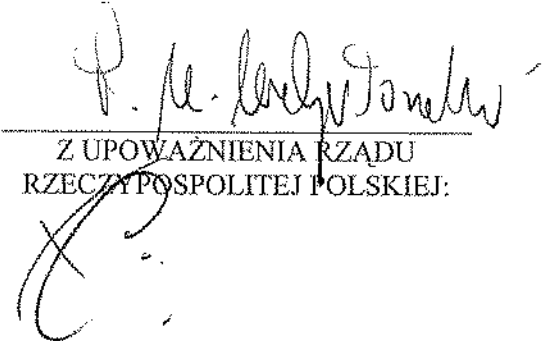
1. Umawiające się Strony powiadomią się w drodze dyplomatycznej o spełnieniu wewnętrznych wymogów prawnych niezbędnych dla przyjęcia niniejszej Umowy. Umowa wejdzie w życie po upływie 30 (trzydziestu) dni od dnia otrzymania późniejszej noty informującej o spełnieniu tych wymogów.
2. Niniejsza Umowa może być zmieniona za obopólnym porozumieniem Umawiających się Stron.
3. Niniejsza Umowa jest zawarta na czas nieokreślony.
4. Niniejsza Umowa może być wypowiedziana przez każdą z Umawiających się Stron w drodze notyfikacji. Umowa utraci moc po upływie 90 (dziewięćdziesięciu) dni od dnia otrzymania wypowiedzenia.

Niniejszą Umowę sporządzono w Brasiliï dnia 9 października 2006 roku w dwóch oryginalnych egzemplarzach, każdy w językach polskim, portugalskim i angielskim, przy czym wszystkie teksty są jednakowo ważne i autentyczne. W przypadku rozbieżności w interpretacji tekst angielski będzie rozstrzygający.

Z UPOWAŻNIENIA RZĄDU
FEDERACYJNEJ REPUBLIKI
BRAZYLII:



Z UPOWAŻNIENIA RZĄDU
RZECZYPOSPOLITEJ POLSKIEJ:



ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA POLÔNIA NO CAMPO DA LUTA
CONTRA O CRIME ORGANIZADO E OUTRAS MODALIDADES DELITUOSAS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Polônia
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Dispostos a fortalecer e aperfeiçoar a cooperação já existente entre os dois países;

Preocupados com a expansão da criminalidade, especialmente do crime organizado internacional, do tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, de delitos conexos, bem como do terrorismo;

Reconhecendo a importância da cooperação internacional no combate a essas práticas criminosas;

De conformidade com os instrumentos jurídicos internacionais sobre a matéria, em especial a Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 15 de novembro de 2000, juntamente com seus Protocolos;

Inspirados na Declaração Política da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em 10 de junho de 1998, por ocasião da Sessão Especial dedicada ao problema dos entorpecentes e substâncias psicotrópicas;

Sem prejuízo do disposto nas normas do direito internacional, da legislação interna das Partes Contratantes e em conformidade com os princípios de não-intervenção em assuntos internos, respeito à integridade territorial, igualdade, reciprocidade e mútuo benefício,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes obrigam-se a desenvolver atividades de cooperação no campo do combate ao crime organizado internacional e outras modalidades delituosas, especialmente:

- i) crimes contra a vida, a saúde e a integridade física da pessoa humana;
- ii) fabricação, tráfico e comercialização ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- iii) fabricação, comercialização e tráfico ilícito de armas, munições, explosivos e outros materiais perigosos;
- iv) apropriação, uso e/ou tráfico ilícitos de material nuclear e/ou radioativo;
- v) terrorismo e seu financiamento;
- vi) lavagem de dinheiro e de outros ativos;
- vii) tráfico de seres humanos, especialmente mulheres e crianças;
- viii) tráfico de migrantes;
- ix) tráfico de células, tecidos e órgãos;
- x) exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes;
- xi) privação ilegal da liberdade do indivíduo;
- xii) crimes cibernéticos;
- xiii) falsificação de meios de pagamentos e sua circulação;
- xiv) falsificação e comercialização de documentos, e
- xv) corrupção.

ARTIGO 2

1. Em cumprimento ao presente Acordo, os órgãos competentes das Partes Contratantes, no âmbito de suas competências legais, contatar-se-ão diretamente ou por intermédio de seus representantes autorizados.

2. Os órgãos competentes na República da Polônia são os seguintes:
 - a) Ministro competente para assuntos internos;
 - b) Ministro competente para instituições financeiras;
 - c) Ministro competente para finanças públicas;
 - d) Chefe da Agência de Segurança Nacional;
 - e) Comandante Geral da Polícia;
 - f) Comandante Geral da Guarda das Fronteiras, e
 - g) Inspetor Geral de Informação Financeira.
3. Os órgãos competentes na República Federativa do Brasil são os seguintes:
 - a) Ministério da Justiça;
 - b) Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional;
 - c) Secretaria Nacional de Segurança Pública;
 - d) Departamento de Polícia Federal;
 - e) Agência Brasileira de Inteligência;
 - f) Secretaria da Receita Federal, e
 - g) Conselho de Controle de Atividades Financeiras.
4. Os órgãos competentes poderão intercambiar oficiais de ligação, estabelecer arranjos técnicos e determinar regras detalhadas, procedimentos e modos de cooperação.
5. As Partes Contratantes comunicarão por via diplomáticas alterações no caráter ou na denominação dos órgãos dos órgãos que executarão o presente Acordo.

ARTIGO 3

1. Com vistas a combater o crime organizado e outras modalidades delituosas mencionadas no Artigo 1, as Partes Contratantes promoverão a cooperação entre os respectivos órgãos competentes e o intercâmbio de informações relativos a:

- a) identificação de indivíduos suspeitos de cometer delitos;
- b) elementos essenciais dos crimes, em particular a data, local, *modus operandi* e objeto;
- c) organizações criminosas de todo tipo, suas lideranças, integrantes, estruturas, atividades e relações com outros grupos envolvidos em atividades ilícitas;
- d) técnicas e métodos de combate ao crime organizado e à lavagem de dinheiro e outros ativos;
- e) técnicas e métodos de comunicação utilizados pelas organizações criminosas;
- f) atividades de grupos terroristas, suas estruturas de organização, integrantes, meios de financiamento e métodos de atuação;
- g) métodos e técnicas para a prevenção e combate ao terrorismo;
- h) métodos utilizados na produção ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, rotas de tráfico internacional, formas de ocultação e distribuição destas substâncias;
- i) indivíduos e organizações envolvidas na produção e no tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- j) levantamentos estatísticos e resultados de estudos acerca da produção, tráfico e consumo de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- k) controle e fiscalização da fabricação e comercialização de precursores passíveis de utilização na elaboração ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas;
- l) legislações e políticas das Partes Contratantes de combate ao uso indevido de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, e
- m) prevenção e combate ao tráfico de migrantes, especialmente informações sobre os grupos que praticam tais crimes, seu *modus operandi*, modelos de documentos de viagem, carimbos apostos a esses documentos, tipos de vistos e seus símbolos.

2.
áreas:

As Partes Contratantes prestarão assistência recíproca nas seguintes

- a) localização e identificação de pessoas suspeitas, processadas e/ou condenadas penalmente, bem como intercâmbio de informações sobre bens móveis e imóveis desses indivíduos;

- b) busca de pessoas desaparecidas;
- c) busca de instrumentos e produtos de crimes, e
- d) fornecimento de informações incluídas em registros oficiais públicos.

ARTIGO 4

No âmbito da cooperação técnica e científica e da capacitação, as Partes Contratantes facilitarão:

- a) a realização de treinamento para os respectivos funcionários encarregados da prevenção e combate aos ilícitos;
- b) o intercâmbio de experiências e informações, especialmente relativas aos métodos de combate ao crime organizado, outras modalidades criminosas e novas tecnologias;
- c) o intercâmbio de informações e estudos sobre criminalística e criminologia, e
- d) a disponibilização dos equipamentos criminalísticos.

ARTIGO 5

1. Cada Parte Contratante obriga-se a proteger as informações de caráter sigiloso recebidas da outra Parte Contratante. O grau de sigilo das informações prestadas na aplicação do presente Acordo será definido pela Parte Contratante transmissora.
2. As informações, materiais e recursos técnicos recebidos por uma das Partes Contratantes no âmbito da implementação do presente Acordo não poderão ser transferidos a terceiros Estados ou pessoas sem o consentimento prévio da outra Parte Contratante.

ARTIGO 6

Com o objetivo de proteger os dados pessoais fornecidos ao amparo do presente Acordo, aplicar-se-ão as seguintes regras:

- a) a utilização dos dados pessoais só será permitida para os fins e nas condições estabelecidas pela Parte Contratante fornecedora;

- b) quando a Parte Contratante fornecedora o solicitar, a Parte Contratante recebedora lhe notificará o modo de utilização dos dados e o resultado do procedimento;
- c) os dados pessoais serão fornecidos unicamente aos órgãos competentes mencionados no Artigo 2 e as autoridades responsáveis pelo processamento da ação penal; a transferência desses dados a outras entidades só poderá ser realizada com autorização prévia da Parte Contratante fornecedora;
- d) a Parte Contratante fornecedora será responsável pela autenticidade dos dados fornecidos; se os dados fornecidos não forem autênticos ou seu fornecimento não for permitido, a outra Parte Contratante deve ser notificada imediatamente dessas circunstâncias; se tal for o caso essa Parte Contratante deve corrigir ou destruir os dados, e
- e) a Parte Contratante fornecedora comunicará à Parte Contratante recebedora o prazo de exclusão da informação recebida de sua base informática.

ARTIGO 7

Qualquer das Partes Contratantes poderá recusar-se a prestar, total ou parcialmente, as informações mencionadas no Artigo 3 do presente Acordo, ou sujeitar a transferência ao cumprimento de determinadas condições, se considerar que isto poderia afetar a soberania, a segurança ou outros interesses essenciais de seu Estado, ou contrariar seu ordenamento jurídico.

ARTIGO 8

Com vistas a avaliar a implementação do presente Acordo, as Partes Contratantes organizarão, quando necessário, reuniões dos representantes dos órgãos competentes. Tais reuniões serão organizadas pelos canais diplomáticos e terão os seguintes objetivos, entre outros:

- a) identificar estratégias a serem desenvolvidas no combate aos crimes mencionados no presente Acordo;
- b) avaliar as atividades conjuntas;
- c) facilitar a comunicação entre os órgãos competentes, e
- d) trocar informações e experiências.

ARTIGO 9

1. Para os assuntos relacionados com a execução do presente Acordo, as Partes Contratantes utilizarão suas línguas oficiais ou o idioma inglês.
2. As solicitações de cooperação ao amparo do presente Acordo deverão ser feitas por escrito, no idioma da Parte Contratante requerida ou no idioma inglês.
3. Em casos emergenciais, o pedido poderá ser formulado por qualquer meio de comunicação, devendo ser imediatamente confirmado por escrito.

ARTIGO 10

As despesas decorrentes da execução do presente Acordo serão custeadas pela Parte Contratante em cujo território se originarem, exceto se as Partes Contratantes decidirem diferentemente.

ARTIGO 11

1. Qualquer controvérsia que possa surgir na aplicação ou interpretação do presente Acordo será solucionada por meio de negociações diretas entre os órgãos competentes das Partes Contratantes, no âmbito de suas competências.
2. No caso de as Partes Contratantes não chegarem a acordo por meio das negociações diretas mencionadas no parágrafo 1, a controvérsia deverá ser solucionada por via diplomática.

ARTIGO 12

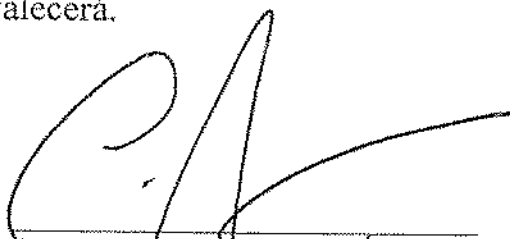
O presente Acordo não afeta os compromissos decorrentes de acordos de assistência jurídica em matéria penal, nem qualquer outra obrigação das Partes Contratantes resultante de acordos internacionais.

ARTIGO 13

1. As Partes Contratantes comunicarão por via diplomática o cumprimento dos requisitos legais internos necessários para a aprovação do presente Acordo. Sua entrada em vigor ocorrerá trinta dias após o recebimento da segunda comunicação relativa à aprovação interna do instrumento.
2. O presente Acordo poderá ser emendado por mútuo consentimento das Partes Contratantes.
3. O presente Acordo terá vigência indeterminada.

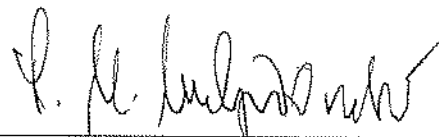
4. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes mediante notificação. O instrumento expirará noventa dias após a data do recebimento da denúncia.

Feito em Brasília, em 9 de outubro de 2006, em dois exemplares originais, em português, polonês e inglês, sendo todos os textos igualmente válidos e autênticos. Em caso de divergência de interpretação o texto em inglês prevalecerá.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DA POLÓIA

PAWET KULKA KULPIOWSKI
Embaixador

UMOWA MIĘDZY RZĄDEM FEDERACYJNEJ REPUBLIKI BRAZYLII A RZĄDEM
RZECZYPOSPOLITEJ POLSKIEJ O WSPÓŁPRACY W ZAKRESIE ZWALCZANIA
PRZESTĘPCZOŚCI ZORGANIZOWANEJ I INNYCH
RODZAJÓW PRZESTĘPCZOŚCI

Rząd Federacyjnej Republiki Brazylii

i

Rząd Rzeczypospolitej Polskiej
(zwane dalej "Umawiającymi się Stronami"),

- pragnące umocnić i doskonalić istniejącą już współpracę między obydwojoma Państwami;

- zaniepokojone rozszerzaniem się przestępczości, a w szczególności międzynarodowej przestępczości zorganizowanej, nielegalnym handlem środkami odurzającymi i substancjami psychotropowymi i związanymi z tym przestępstwami, jak również terroryzmem;

- uznając wagę współpracy międzynarodowej w zwalczaniu takich działań przestępczych;

- zgodnie z międzynarodowymi instrumentami, a w szczególności Konwencją Narodów Zjednoczonych przeciwko przestępczości zorganizowanej, przyjętą przez Zgromadzenie Ogólne Narodów Zjednoczonych dnia 15 listopada 2000 roku, wraz z Protokółami;

- zainspirowanie deklaracją polityczną Zgromadzenia Ogólnego Narodów Zjednoczonych, przyjętą w dniu 10 czerwca 1998 roku w czasie sesji specjalnej poświęconej problemowi środków odurzających i substancji psychotropowych;

- z zastrzeżeniem poszanowania norm prawa międzynarodowego oraz prawa wewnętrznego Umawiających się Stron, kierując się zasadami nie ingerowania w sprawy wewnętrzne, poszanowania integralności terytorialnej, równości, wzajemności i obustronnych korzyści;

Uzgodniły, co następuje:

ARTYKUŁ 1

Umawiające się Strony zobowiązują się do rozwijania współpracy w zwalczaniu międzynarodowej przestępczości zorganizowanej i innych rodzajów przestępczości, a w szczególności:

- i) przeciwko życiu, zdrowiu i nietykalności cielesnej;
- ii) nielegalnej produkcji, przemytu i nielegalnego odurzającymi i substancjami psychotropowymi;
- iii) nielegalnej produkcji, obrotu i przemytu broni, amunicji i materiałów wybuchowych oraz innych niebezpiecznych materiałów;
- iv) zaboru lub przemytu materiałów jądrowych lub promieniotwórczych oraz ich nielegalnego użycia;
- v) terroryzmu i jego finansowania;
- vi) prania pieniędzy i innych aktywów;
- vii) handlu ludźmi, w szczególności kobietami i dziećmi;
- viii) przemytu migrantów;
- ix) przemytu komórek, tkanek i narządów ludzkich;
- x) seksualnego wykorzystywania małoletnich;
- xi) nielegalnego pozbawiania wolności człowieka;
- xii) popełnionych w cyberprzestrzeni;
- xiii) fałszowania środków płatniczych i wprowadzenia ich do obiegu;
- xiv) fałszowania i wprowadzania do obiegu dokumentów,
- xv) korupcji.

ARTYKUŁ 2

1. W celu wykonania niniejszej Umowy właściwe organy Umawiających się Stron, w zakresie swoich ustawowych kompetencji, będą kontaktować się bezpośrednio lub przez swoich upoważnionych przedstawicieli.

2. Właściwymi organami w Rzeczypospolitej Polskiej są:
 - a) Minister właściwy do spraw wewnętrznych;
 - b) Minister właściwy do spraw instytucji finansowych;
 - c) Minister właściwy do spraw finansów publicznych;
 - d) Szef Agencji Bezpieczeństwa Wewnętrznego;
 - e) Komendant Główny Policji;
 - f) Komendant Główny Straży Granicznej,
 - g) Generalny Inspektor Informacji Finansowej.
3. Właściwymi organami w Federacyjnej Republice Brazylii są:
 - a) Ministerstwo Sprawiedliwości;
 - b) Departament Odzyskiwania Aktywów i Międzynarodowej Współpracy Prawnej;
 - c) Krajowy Sekretariat do Spraw Bezpieczeństwa Publicznego;
 - d) Departament Policji Federalnej;
 - e) Brazylijska Agencja Wywiadowcza;
 - f) Sekretariat Federalny do Spraw Skarbowych,
 - g) Rada do Spraw Kontroli Działalności Finansowej.
4. Właściwe organy, mogą wymieniać oficerów łącznikowych, zawierać porozumienia wykonawcze i określać w nich szczegółowe zasady, procedury i sposoby współpracy.
5. Umawiające się Strony powiadomią się wzajemnie, drogą dyplomatyczną, o zmianach właściwości lub nazwy organów wykonujących niniejszą Umowę.

ARTYKUŁ 3

1. W celu zwalczania przestępczości zorganizowanej i innych rodzajów przestępczości, o których mowa w artykule 1, Umawiające się Strony będą realizować współpracę między właściwymi organami i wymieniać informacje dotyczące:

- a) identyfikacji osób podejrzanych o popełnienie przestępstw;
- b) istotnych okoliczności sprawy, a w szczególności czasu, miejsca, sposobu popełnienia przestępstwa i jego przedmiotu;
- c) organizacji przestępczych wszelkiego rodzaju, ich przywódców i członków, struktur działania i związków z innymi ugrupowaniami zajmującymi się działalnością nielegalną;
- d) technik i metod zwalczania przestępczości zorganizowanej, prania pieniędzy i innych aktywów;
- e) technik i metod komunikowania się stosowanych przez organizacje przestępcze;
- f) działalności grup terrorystycznych, ich struktur organizacyjnych, członków, środków finansowania i metod działania;
- g) metod i technik zapobiegania i zwalczania terroryzmu;
- h) metod stosowanych przy nielegalnej produkcji środków odurzających i substancji psychotropowych, międzynarodowych szlaków przemytu, sposobów ukrywania i dystrybucji tych środków i substancji;
- i) osób i organizacji uczestniczących w produkcji i przemyśle środków odurzających i substancji psychotropowych;
- j) danych statystycznych i wyników badań związanych z produkcją, przemytem i używaniem środków odurzających i substancji psychotropowych;
- k) nadzoru nad produkcją i obrotem prekursorami, które mogą być wykorzystane do nielegalnej produkcji środków odurzających i psychotropowych;
- l) przepisów prawa wewnętrznego państw Umawiających się Stron i polityki każdej z Umawiających się Stron w zakresie zwalczania nielegalnego używania środków odurzających i substancji psychotropowych,
- m) zapobiegania i zwalczania przemytu emigrantów, a w szczególności informacje dotyczące grup popełniających tego rodzaju przestępstwa, metod ich działania, wzorów dokumentów uprawniających do przekraczania granicy państwowej, pieczęci odciskanych na tych dokumentach oraz rodzajów wiz i ich symboli.

2. Umawiające się Strony będą udzielały sobie wzajemnej pomocy w zakresie:

- a) ustalania miejsca pobytu i identyfikacji osób podejrzanych, oskarżonych lub skazanych za popełnienie przestępstw, a także wymiany informacji na temat mienia nieruchomego i ruchomego posiadanego przez te osoby;
- b) poszukiwania osób zaginionych;
- c) poszukiwania przedmiotów pochodzących z przestępstwa lub służących do jego popełnienia,
- d) udostępniania informacji zawartych w rejestrach publicznych.

ARTYKUŁ 4

W przedmiocie współpracy naukowo - technicznej i szkoleniowej Umawiające się Strony będą umożliwiać:

- a) prowadzenie szkoleń przeznaczonych dla funkcjonariuszy odpowiedzialnych za zapobieganie i zwalczanie przestępstw;
- b) wymianę doświadczeń i informacji, zwłaszcza dotyczących metod zwalczania przestępczości zorganizowanej, jak też innych form przestępczego działania oraz stosowanych technologii;
- c) wymianę wyników prac badawczych z dziedziny kryminalistyki i kryminologii,
- d) udostępnianie sprzętu służącego do zwalczania przestępczości.

ARTYKUŁ 5

1. Każda z Umawiających się Stron zobowiązuje się do ochrony informacji niejawnych otrzymywanych od drugiej Umawiającej się Strony. Stopień ochrony takich informacji przekazanych w ramach niniejszej Umowy zostanie określony przez Umawiającą Stronę przekazującą.

2. Informacje, materiały i środki techniczne otrzymane przez jedną z Umawiających się Stron w wykonaniu niniejszej Umowy nie będą mogły być przekazywane Państwom lub osobom trzecim bez wcześniejszej zgody drugiej Strony.

ARTYKUŁ 6

W celu ochrony danych osobowych przekazywanych na podstawie niniejszej Umowy stosuje się następujące zasady postępowania:

- a) dopuszcza się wykorzystywanie danych wyłącznie w celu oraz na warunkach określonych przez Stronę przekazującą;
- b) na wniosek Strony przekazującej dane, Strona przyjmująca informuje ją o sposobie ich wykorzystania oraz o wyniku sprawy;
- c) dane osobowe przekazuje się wyłącznie właściwym organom wymienionym w artykule 2 oraz organom postępowania karnego; przekazywanie tych danych innym podmiotom może nastąpić tylko za zgodą Strony przekazującej;
- d) Strona przekazująca jest odpowiedzialna za prawdziwość przekazanych danych; jeżeli przekazane zostaną dane nieprawdziwe lub dane, których przekazanie było niedozwolone, należy niezwłocznie zawiadomić o tym drugą Umawiającą się Stronę; w takim wypadku Strona ta ma obowiązek je sprostować lub zniszczyć;
- e) Strona przekazująca informacje określa Stronie przyjmującej termin wyłączenia ze zbiorów informatycznych przekazanych informacji.

ARTYKUŁ 7

Każda z Umawiających się Stron może odmówić częściowo lub całkowicie przekazania informacji, o których mowa w artykule 3, bądź uzależnić je od spełnienia określonych warunków, jeżeli uzna, że naruszyłoby to suwerenność, bezpieczeństwo lub inne istotne interesy jej państwa lub sprzeciwiałoby się jego porządkowi prawnemu.

ARTYKUŁ 8

W celu oceny realizacji niniejszej Umowy Umawiające się Strony będą organizować, w razie potrzeby, spotkania przedstawicieli właściwych organów. Spotkania te będą organizowane z wykorzystaniem drogi dyplomatycznej i będą miały w szczególności następujące cele:

- a) wytyczanie strategii, która będzie rozwijana w zwalczaniu przestępstw wymienionych w niniejszej Umowie;
- b) ocenę wspólnych działań;

- c) ułatwianie komunikacji pomiędzy właściwymi organami,
- d) wymianę informacji i doświadczeń.

ARTYKUŁ 9

1. Umawiające się Strony w sprawach związanych z wykonywaniem niniejszej Umowy posługują się własnymi językami urzędowymi lub językiem angielskim.
2. Wnioski dotyczące współpracy w celu wykonania niniejszej Umowy będą składane w formie pisemnej w języku tej Umawiającej się Strony, do której kierowany jest wniosek lub w języku angielskim.
3. W przypadkach niecierpiących zwłoki wniosek może być złożony w jakiegokolwiek formie i powinien zostać niezwłocznie potwierdzony na piśmie.

ARTYKUŁ 10

Koszty związane z realizacją postanowień niniejszej Umowy ponosi ta Umawiająca się Strona, na terytorium, której koszty te powstały chyba, że Umawiające się Strony postanowią inaczej.

ARTYKUŁ 11

1. Spory dotyczące interpretacji lub stosowania niniejszej Umowy będą rozstrzygane w drodze bezpośrednich rokowań między właściwymi organami Umawiających się Stron w zakresie ich właściwości.
2. W wypadku nieosiągnięcia porozumienia w drodze bezpośrednich rokowań, o których mowa w ustępie 1, spór będzie rozstrzygany drogą dyplomatyczną.

ARTYKUŁ 12

Niniejsza Umowa nie narusza zobowiązań wynikających z umów o pomocy prawnej w sprawach karnych ani innych zobowiązań Umawiających się Stron wynikających z umów międzynarodowych.

ARTYKUŁ 13

1. Umawiające się Strony powiadomią się w drodze dyplomatycznej o spełnieniu wewnętrznych wymogów prawnych niezbędnych dla przyjęcia niniejszej Umowy. Umowa wejdzie w życie po upływie 30 (trzydziestu) dni od dnia otrzymania późniejszej noty informującej o spełnieniu tych wymogów.
2. Niniejsza Umowa może być zmieniona za obopólnym porozumieniem Umawiających się Stron.
3. Niniejsza Umowa jest zawarta na czas nieokreślony.
4. Niniejsza Umowa może być wypowiedziana przez każdą z Umawiających się Stron w drodze notyfikacji. Umowa utraci moc po upływie 90 (dziewięćdziesięciu) dni od dnia otrzymania wypowiedzenia.

Niniejszą Umowę sporządzono w Brasiliu dnia 9 października 2006 roku w dwóch oryginalnych egzemplarzach, każdy w językach polskim, portugalskim i angielskim, przy czym wszystkie teksty są jednakowo ważne i autentyczne. W przypadku rozbieżności w interpretacji tekst angielski będzie rozstrzygający.

Z UPOWAŻNIENIA RZĄDU
FEDERACYJNEJ REPUBLIKI
BRAZYLII:

P. M. Borys-Jankowski
Z UPOWAŻNIENIA RZĄDU
RZECZYPOSPOLITEJ POLSKIEJ:

COOPERATION AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF POLAND
ON COMBATING ORGANIZED CRIME AND OTHER FORMS OF CRIME

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Republic of Poland
(hereinafter called the "Contracting Parties"),

Wishing to strengthen and enhance cooperation between their two countries;

Concerned about the expansion of crime, and particularly about international organized crime, the illicit traffic in narcotic drugs and psychotropic substances, and related crimes, as well as terrorism;

Aware of the importance of international cooperation for combating such criminal practices;

In accordance with the international legal instruments on this matter, particularly with the United Nations Convention against Transnational Organized Crime, adopted by the United Nations General Assembly on November 15, 2000, and its Protocols;

Inspired by the Political Declaration of the United Nations General Assembly, adopted on June 10, 1998, on the occasion of the Special Session devoted to the problem of narcotic drugs and psychotropic substances;

Without prejudice to the provisions of international law, the Parties' internal legislation, and in accordance with the principles of non-intervention in internal affairs, respect of territorial integrity, equality, reciprocity and mutual benefit,

Agree as follows:

ARTICLE 1

The Contracting Parties hereto undertake to engage in cooperation activities aimed at combating international organized crime and other forms of crime, particularly the following:

- i) crimes against the life, health, and physical integrity of human beings;
- ii) illicit manufacturing, trafficking in, and marketing of narcotic drugs and psychotropic substances;
- iii) illicit manufacturing, trafficking in, and marketing of weapons, ammunitions, explosives, and other hazardous materials;
- iv) illicit appropriation, use and/or trafficking in nuclear and/or radioactive materials;
- v) terrorism and its financing;
- vi) money laundering and the laundering of other assets;
- vii) traffic in human beings, specially women and children;
- viii) traffic in migrants;
- ix) traffic in cells, tissues, and organs;
- x) sexual exploitation and abuse of children and adolescents;
- xi) illegal deprivation of individual freedom;
- xii) cybernetic crimes;
- xiii) counterfeiting of means of payment and their circulation;
- xiv) falsification and sale of documents; and
- xv) corruption.

ARTICLE 2

1. In compliance with this Agreement, the Contracting Parties' competent bodies shall, each in its sphere of legal competence, contact each other directly or through their authorized representatives.

2. The Republic of Poland's competent bodies are the following:
 - a) the Minister responsible for internal affairs;
 - b) the Minister responsible for financial institutions;
 - c) the Minister responsible for public finances;
 - d) the Head of the National Security Agency;
 - e) the Police's General Commander;
 - f) the Border Guard's General Commander; and
 - g) the Financial Information Inspector General.
3. The Federative Republic of Brazil's competent bodies are the following:
 - a) the Ministry of Justice;
 - b) the Department of Assets Recovery and International Juridical Cooperation;
 - c) the National Public Security Secretariat;
 - d) the Department of Federal Police;
 - e) the Brazilian Intelligence Agency;
 - f) the Federal Secretariat of Internal Revenue; and
 - g) the Council on Financial Operations Control.
4. The competent bodies may exchange liaison officers, establish technical arrangements, and define detailed norms, procedures, and forms of cooperation.
5. The Contracting Parties shall inform each other, through diplomatic channels, of changes in the nature or name of the bodies that will implement this Agreement.

ARTICLE 3

1. With a view to combating organized crime and other forms of crime referred to in Article 1, the Contracting Parties shall promote cooperation between their respective competent bodies as well as the exchange of information pertaining to the following:

- a) identification of individuals suspected of committing crimes;
- b) essential information about the crimes, particularly the date, place, modus operandi, and object;
- c) criminal organizations of any type, their leaders, members, structures, activities, and relations with other groups involved in illicit activities;
- d) techniques and methods for combating organized crime and money laundering and the laundering of other assets;
- e) communication techniques and methods used by criminal organizations;
- f) activities of terrorist groups, their organizational structures, members, financing base, and methods of operation;
- g) methods and techniques for preventing and combating terrorism;
- h) methods used in the illicit production of narcotic drugs and psychotropic substances, international traffic routes, and forms of concealment and distribution of such substances;
- i) individuals and organizations involved in the production of and traffic in narcotic drugs and psychotropic substances;
- j) statistical data and results of studies about the production, trafficking, and consumption of narcotic drugs and psychotropic substances;
- k) control and inspection of the manufacturing and trade in of precursors susceptible to being used in the illicit making of narcotic drugs and psychotropic substances;
- l) the Contracting Parties' legislation and policies for combating the illicit use of narcotic drugs and psychotropic substances; and
- m) preventing and combating the traffic in migrants, particularly information on groups that engage in these crimes, their modus operandi, travel document models, stamps apposed to such documents, types of visa, and their symbols.

2. The Contracting Parties undertake to provide reciprocal assistance in the following areas:

- a) localization and identification of individuals who are suspect or who have been tried and/or convicted for committing a crime, as

- b) search for missing persons;
- c) search for instruments and products of crime, and
- d) provision of information contained in official public records.

ARTICLE 4

In respect of technical and scientific cooperation and training, the Contracting Parties undertake to facilitate the following:

- a) the provision of training for their respective officers in charge of preventing and combating crime;
- b) the exchange of experiences and information, particularly regarding methods for combating organized crime and other forms of crime, as well as new technologies;
- c) the exchange of information and studies on criminalistics and criminology; and
- d) the availability of criminalistics instruments.

ARTICLE 5

1. The Contracting Parties undertake to protect confidential information received from one another. The degree of confidentiality of information shared under this Agreement shall be defined by the Contracting Party providing the information.

2. Information, materials, and technical resources received by either Contracting Party under this Agreement shall not be transferred to third States or persons without prior consent from the other Contracting Party.

ARTICLE 6

For protecting personal data provided hereunder, the following rules shall apply:

- a) the use of personal data shall be permitted solely for the purposes and on the conditions established by the providing Contracting Party;

- b) if requested by the providing Contracting Party, the receiving Contracting Party shall inform it about the manner in which the data will be used and the outcome of the procedure;
- c) personal data shall be provided solely to the competent bodies referred to in Article 2 and to the prosecuting authorities; the transmission of such data to other bodies shall require prior authorization from the providing Contracting Party;
- d) the providing Contracting Party shall be responsible for the authenticity of the data provided; if the data provided is not authentic or if its sharing is not permitted, the other Contracting Party shall be promptly informed accordingly and the receiving Contracting Party shall correct or destroy said data;
- e) the providing Contracting Party shall inform the receiving Contracting Party as to when it should delete from its data base the data received.

ARTICLE 7

Either Contracting Party may refuse to provide, in part or in full, the data referred to in Article 3 herein or subject its sharing to compliance with certain requirements, if it believes that this sharing might affect the sovereignty, security, or other essential interests of its State, or be contrary to its legal system.

ARTICLE 8

For the purpose of evaluating the implementation of this Agreement, the Contracting Parties shall hold meetings of representatives of the competent bodies, as needed. These meetings shall be organized through diplomatic channels and their objectives include the following:

- a) identification of strategies to be implemented for combating the crimes referred to herein;
- b) evaluation of joint initiatives;
- c) facilitation of communications between the competent bodies; and
- d) exchange of information and experiences.

ARTICLE 9

1. In respect of the matters related to the implementation of this Agreement, the Contracting Parties shall use their official languages or the English language.
2. Requests for cooperation hereunder shall be submitted in writing in the language of the Contracting Party to which the requests are directed or in the English language.
3. In emergency cases, requests shall be submitted through any means of communication and promptly confirmed in writing.

ARTICLE 10

Expenses incurred in the implementation of this Agreement shall be defrayed by the Contracting Party in whose territory the expenses originate, save if the Contracting Parties agree differently.

ARTICLE 11

1. Any dispute arising from the implementation or interpretation of this Agreement shall be resolved through direct negotiations between the Contracting Parties' relevant bodies within their respective areas of competence.
2. If the Contracting Parties fail to come to an agreement through direct negotiations as described in the preceding paragraph 1, disputes shall be resolved through diplomatic channels.

ARTICLE 12

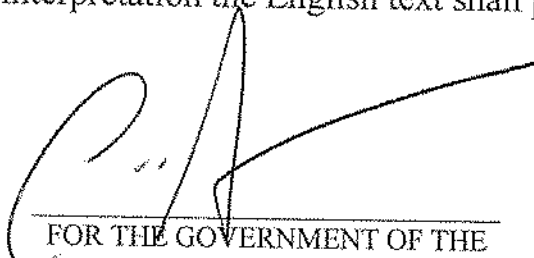
This Agreement does not affect commitments undertaken under juridical assistance in penal matters or any other obligations undertaken by the Contracting Parties under international agreements.

ARTICLE 13

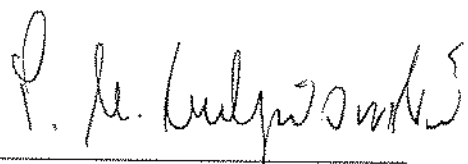
1. The Contracting Parties shall inform each other through diplomatic channels about compliance with the necessary internal legal requirements for this Agreement's approval. This Agreement shall enter into force thirty days after receipt of the second communication of its internal approval.
2. This Agreement may be amended by the Contracting Parties' mutual consent.

3. This Agreement shall have indeterminate life.
4. This Agreement may be denounced by either Contracting Party through notification and shall expire ninety days after the date of receipt of its denunciation.

Done at Brasilia, on 9th October, 2006, in two originals in Portuguese, Polish and English all texts being equally valid and authentic. In case of divergence of interpretation the English text shall prevail.



FOR THE GOVERNMENT OF THE
FEDERATIVE REPUBLIC OF
BRAZIL



FOR THE GOVERNMENT OF THE
REPUBLIC OF POLAND